



Revista Científica Hermes

E-ISSN: 2175-0556

hermes@fipen.edu.br

Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa
Brasil

Fabris Lugoboni, Leonardo; Moreira Zittei, Marcus Vinicius; da Silva Pereira, Raquel;
Coelho Dias Amorim, Magno; Sakamoto Soares, Leticia
UMA EMPRESA SUSTENTÁVEL E SUAS CONTRIBUIÇÕES À SOCIEDADE: ESTUDO
DO CASO DA EDP-ENERGIAS DO BRASIL S.A
Revista Científica Hermes, núm. 10, enero-junio, 2014, pp. 23-42
Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa
Brasil, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=477647157002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

**UMA EMPRESA SUSTENTÁVEL E SUAS CONTRIBUIÇÕES À SOCIEDADE:
ESTUDO DO CASO DA EDP-ENERGIAS DO BRASIL S.A**

**A SUSTAINABLE COMPANY AND ITS CONTRIBUTIONS TO SOCIETY: CASE
STUDY OF EDP-ENERGIAS DO BRAZIL SA**

Leonardo Fabris Lugoboni¹

leo_fabris@hotmail.com

Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado/INSPER

Doutorando e Mestre em Administração

Marcus Vinicius Moreira Zittei

marcuszittei@zittei.com.br

Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado/FURB

Doutorando e Mestre em Ciências Contábeis

Raquel da Silva Pereira

raquelspereira@uscs.edu.br

Universidade São Caetano do Sul

Doutora em Ciências Sociais

Magno Coelho Dias Amorim

magnao2@hotmail.com

Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado

Especialista em Controladoria

Leticia Sakamoto Soares

leri.bonzai@gmail.com

Faculdade de Tecnologia Radial Santo André

Graduada em tecnologia de Gestão Financeira

¹ Autor para correspondência: Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. Av. da Liberdade, 532, Liberdade, São Paulo, SP, Brasil - CEP 01502-001.



RESUMO

A sustentabilidade é uma realidade que pode ser compreendida como a utilização dos recursos para atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em atender suas próprias necessidades. Esta pesquisa, por sua vez, procura evidenciar a importância da sustentabilidade no contexto empresarial e como as empresas são pressionadas pelo mercado, pela sociedade que está mais consciente de seu papel e agentes reguladores que, além de alertar e educar, estão mais rigorosos em suas fiscalizações para que suas atividades sejam permeadas de responsabilidade social e ambiental. É um estudo de cunho exploratório-descritivo, pois aborda de forma geral a importância da sustentabilidade para a perenidade dos negócios, proporcionando, entre outros, benefícios relacionados à imagem da empresa ante a sociedade, incentivos fiscais e facilidade na concessão de crédito, bem como contribui com a sociedade por meio de projetos culturais e políticas ambientais.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Benefícios; Setor de energia elétrica.

ABSTRACT

Sustainability is a reality that can be understood as the use of resources to meet the need of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs. This article seeks to highlight the importance of sustainability in the business environment and show how companies are pressured by the market, the society - more aware of its role - and regulators that not only alert and educate, but are also more rigorous in their inspections so that their activities are permeated with social and environmental responsibility. It is an exploratory and descriptive study as it addresses generally the importance of sustainability for business by providing benefits related to corporate image, tax incentives and credit facilitation as well as contribution to society through cultural projects and environmental policies.

Key-words: Sustainability; Benefits; Contributes.



1 INTRODUÇÃO

O contexto empresarial em que as empresas estão inseridas exige que as questões relacionadas à sustentabilidade sejam parte integrante de seus negócios de forma que qualquer produto idealizado ou serviço oferecido deve levar em consideração os possíveis danos ao meio ambiente (ALBUQUERQUE, 2009).

A gestão ambiental pode ser conceituada em 3 fases de acordo com Barbieri (2007) sendo a primeira no início do século XX até 1972, onde prevalece um tratamento pontual das questões ambientais, embora desvinculado de qualquer preocupação com os processos de desenvolvimento.

A segunda fase iniciada com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano em Estocolmo em 1972 e perdura até 1992, caracterizada pela busca de uma nova relação entre meio ambiente e desenvolvimento.

A terceira fase é a fase atual que tem início com a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992 no Rio de Janeiro, onde foram aprovados documentos importantes relativos aos problemas socioambientais globais. Essa fase caracteriza-se pelo aprofundamento e pela implementação das suas disposições e recomendações pelos estados nacionais, governos locais, empresas e outros agentes.

Partindo desse ponto, as diretrizes das atividades operacionais das empresas estão permeadas pela gestão ambiental que tem por objetivo obter efeitos positivos sobre o meio ambiente (ALBUQUERQUE apud BARBIERI, 2004).

Nesse contexto o problema de pesquisa proposto foi: Quais são os benefícios proporcionados a uma empresa sustentável e quais são suas contribuições à sociedade?

Desse modo, partindo do problema proposto o objetivo geral consiste em identificar a ocorrência de benefícios para empresas que agregam a sustentabilidade em suas atividades e processos, bem como verificar as contribuições à sociedade como consequência da aderência das práticas sustentáveis nas empresas.

Quanto aos objetivos específicos buscou-se evidenciar os impactos relacionados com as atividades empresariais de cunho sustentável e que são importantes para a perenidade dos negócios, bem como demonstrar as principais contribuições sociais voltadas à sociedade onde está inserida.



O desenvolvimento sustentável é o resultado da pressão em três esferas: mercado, sociedade e regulamentação ambiental. A exigência do mercado tem levado as empresas a utilizarem de forma eficiente os recursos naturais e isso é evidenciado pelos consumidores que passaram a comprar produtos cujos fabricantes, comprovadamente, rejeitam qualquer tipo de abuso ambiental e trabalhista.

As empresas também são pressionadas pela sociedade que temem pelas atividades industriais em suas regiões e necessitam de informações e garantias referentes ao tratamento do meio ambiente (ALBUQUERQUE, 2009), bem como as instituições financeiras tem condicionado empréstimos aos novos projetos mediante relatórios de impactos ambientais e formas de minimizá-los.

Além disso, a certificação em normas ambientais pode representar um critério competitivo a determinadas empresas que atuam em setores específicos proporcionando melhores qualificações, bem como o não cumprimento da legislação ambiental pode acarretar a perda de licenças operacionais.

Sob este prisma, o artigo se justifica pela relevância de se entender a ocorrência dos impactos nas empresas sustentáveis e detectar suas contribuições sociais para a sociedade onde está inserida.

2 A IMPORTÂNCIA DA SUSTENTABILIDADE

A população mundial tem crescido constantemente e Megliorini (2011) afirma que as estimativas apontam que a população mundial poderá atingir nove bilhões de habitantes em poucas décadas e que o mundo não comportará esse crescimento se não houver uma reestruturação dos modelos de extração, produção, distribuição, consumo e descarte.

Barbieri (2007, p.7) salienta que “os problemas ambientais provocados pelos humanos decorrem do uso do meio ambiente para obter os recursos necessários para produzir os bens e serviços que estes necessitam e dos despejos de materiais e energia não aproveitados no meio ambiente”.

Neste sentido, o termo sustentabilidade pode ser compreendido como a utilização dos recursos para atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das



gerações futuras em atender suas próprias necessidades. Esse conceito integra as três vertentes da sustentabilidade (*triple bottom line*): desenvolvimento econômico, responsabilidade social e gestão ambiental.

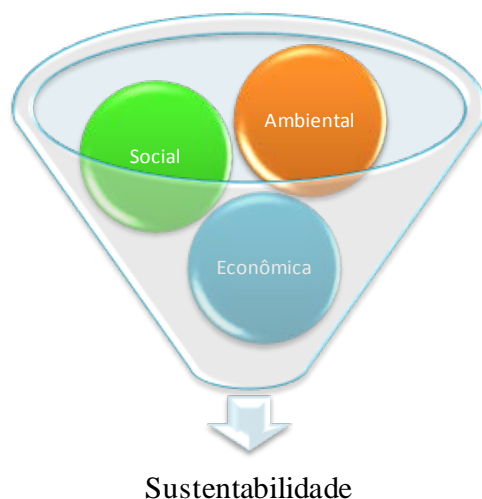


Figura 1 – Vertentes da sustentabilidade

Fonte: Do autor.

O desenvolvimento econômico corresponde à maximização do retorno de capital aos acionistas, a busca do bem estar humano através da oferta de produtos e serviços, porém de forma a respeitar as condições limitantes das vertentes sociais e ambientais.

A gestão ambiental está relacionada diretamente a preservação de recursos naturais, principalmente aqueles que são renováveis e limitações ao uso dos recursos não renováveis. Esta vertente da sustentabilidade trata dos impactos das organizações sobre o meio ambiente e formas de mitigar esses impactos através da redução de emissão de resíduos e poluição, processos de reciclagem e conservação, investimento em pesquisas de tecnologias limpas etc.

2.1 A RESPONSABILIDADE SOCIAL

"O estudo da responsabilidade social de empresas engloba o entendimento da relação complexa que existe entre as empresas e a sociedade, incluindo comunidades, empregados, governos e até outras empresas". (OLIVEIRA, 2008, p. 2).

De acordo com Oliveira (2008) não há uma definição unânime sobre o conceito de responsabilidade social devido às diferenças de contexto, a definição, a interpretação e as ações de responsabilidade corporativa variarem de acordo com o local e o setor de atividades, assim como ao longo do tempo. Entretanto, Ethos (2011), define responsabilidade social como:

[...] a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

A operacionalização da vertente social da sustentabilidade, de acordo com Albuquerque (2009, p. 222) necessita de "distribuição mais equitativa da renda, acesso à propriedade, emprego, oportunidades, bens e serviços e a possibilidade de participação social com vistas à redistribuição da desigualdade entre os setores sociais envolvidos".

As organizações têm assumido não só o papel de produtoras de bens e serviços, como também de responsáveis pelo bem-estar de seus funcionários e da sociedade. O resultado da adoção de práticas relacionadas à responsabilidade social deriva da visão dessas organizações de que isso pode representar um diferencial competitivo, além da sociedade estar mais consciente de seu papel.

Neste sentido, as organizações são pressionadas pela sociedade o quanto as suas atividades podem vir a acarretar riscos no ambiente onde está inserida. Os empregados também exercem pressão para que as estratégias organizacionais sejam sensíveis às questões sociais.

Atualmente, a sustentabilidade vem ganhando destaque no mundo empresarial, visto que para se estabelecer no mercado, ganhar espaço e vencer a concorrência, não basta ter somente os melhores produtos, os melhores preços e melhores formas de pagamento, mas desempenhar um papel social, econômico e ambiental.



As empresas são constantemente pressionadas pelo ambiente de negócios, pela sociedade e pelos agentes reguladores. No ambiente de negócios, Albuquerque (2009) cita que a consciência ecológica e social tem proporcionado a criação de novos negócios que utilizem de forma eficiente os recursos naturais, os fornecedores são escolhidos de forma seletiva e há uma postura mais ativa por parte dos investidores, nacionais e internacionais.

2.2 A CONCESSÃO DE CRÉDITO

As empresas necessitam de constantes investimentos para a manutenção de suas atividades. Esses investimentos podem ser através da abertura de capital em bolsas de valores onde os recursos são captados pela negociação de ações, injeção de capital pelos sócios e o empréstimo de recursos junto às instituições financeiras, sendo esse o método mais comum entre as empresas.

Entretanto, as instituições financeiras têm realizado esforços para relacionar seus produtos à imagem de uma conduta responsável e divulgar os resultados desses esforços a seus clientes e investidores.

Reis *et al.* (2009) mencionam que as instituições financeiras tem disponibilizado em seus sites os princípios, recomendações e diretrizes ambientais que influenciam a metodologia das políticas de créditos. Entre esses princípios encontram-se os Princípios do Equador, os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial e o Protocolo Verde.

Os Princípios do Equador, conforme IFC (2011) são critérios que tem como finalidade central garantir que os projetos financiados sejam desenvolvidos socialmente e ambientalmente corretos. Os princípios foram divulgados em 2002 pela *International Financial Corporation* (IFC), instituição ligada ao Banco Mundial.

A adoção a esses princípios pelas instituições financeiras ocorre de forma voluntária. Além das instituições financeiras internacionais, os bancos nacionais Banco Real - ABN, HSBC, Itaú, Bradesco e Banco do Brasil já aderiram aos Princípios do Equador.

O objetivo dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial consiste em servir como ferramenta de aprendizado e de avaliação da gestão pelas próprias empresas no

que se refere à incorporação da responsabilidade social no planejamento estratégico, no monitoramento e no desempenho da empresa.

Os dados obtidos através dos indicadores são mantidos sigilosamente e utilizados internamente pelo Instituto Ethos (2011) para a realização de comparativos entre empresas, entretanto, muitas empresas divulgam essas informações que posteriormente podem vir a ser utilizadas ou requeridas pelas instituições financeiras como método de avaliação das práticas sustentáveis por seus clientes.

O Protocolo Verde, de 1995, reúne os principais bancos públicos federais, a saber Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB), Banco do Estado da Amazônia (BASA), Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Nordeste, que, presidido pelo Presidente da República, firmaram um documento que incorpora princípios e critérios de desenvolvimento sustentável em fundos e sistemas de crédito do governo federal. (ADAMI, 2011).

Segundo Reis *et al.* (2009) a incorporação da variável ambiental como requisito para a concessão de crédito para as empresas tem implícito a proteção do meio ambiente e de seu próprio patrimônio, pois os passivos ambientais podem comprometer a rentabilidade futura dos investimentos na medida em que sejam cobradas multas ou ações que resultarão em aumento dos custos. (BARBIERI, 2007).

A concessão de crédito, portanto, além da avaliação dos riscos inerentes a determinada atividade, ainda é condicionada ao comprometimento das empresas em relação às questões sustentáveis onde, segundo Albuquerque (2009, p. 97) "as instituições financeiras, por seu turno, têm condicionado seus empréstimos para novos projetos à apresentação de relatórios de impactos ambientais e dos projetos de mitigação".

2.3 A REGULAMENTAÇÃO AMBIENTAL

A existência de leis ambientais mais rigorosas tem ocasionado fiscalizações dos agentes reguladores de forma mais intensa e as sanções calcadas pelo descumprimento das exigências regulatórias podem partir de multas até a revogação das licenças de operações.



Além do cunho regulatório, as normas desempenham a função de alertar e educar as empresas a respeito das ineficiências, pressionar para a inovação organizacional, melhorar a qualidade e incentivar a melhoria contínua.

Sendo assim, Albuquerque (2009) cita que as empresas têm investido em pesquisa e desenvolvimento, materiais e processos que se adaptem à legislação ambiental que defende a diminuição ou até mesmo a não utilização de produtos nocivos ao meio ambiente e a substituição de materiais com características não renováveis, sem acarretar o aumento dos custos ou perda de competitividade.

2.4 BENEFÍCIOS AS EMPRESAS SUSTENTÁVEIS

2.4.1 FORTALECIMENTO DA MARCA

De acordo com Pinheiro (2010) as marcas são escolhidas pela capacidade de atrair, encantar e gerar identidade com o seu consumidor, logo, o comportamento das organizações deve estar afinado com os valores de seu público de interesse. A sociedade pauta suas escolhas em como uma determinada marca atua internamente com os seus funcionários e em como essa marca atua no mundo e na comunidade na qual se insere.

A reputação é o que garante a longevidade dos negócios. Além disso, as organizações devem equilibrar o resultado econômico junto aos impactos ambientais e sociais de sua atividade, e também preocupar-se em construir relacionamentos de valor com seus *stakeholders*. No momento em que a responsabilidade social passa a fazer parte da empresa, ela começa a ser reconhecida pelo mercado como efetivamente sustentável.

Num cenário onde os critérios de avaliação de sucesso passam a incorporar as dimensões social, cultural e ambiental, a responsabilidade social se consolida como um diferencial na imagem empresarial.

2.4.2 A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS INCENTIVOS FISCAIS

A inovação tecnológica consiste em uma ferramenta de desenvolvimento de grande importância para o incremento da produtividade e aumento da competitividade das empresas. Tal informação é corroborada por Tigre (2006, p. 7) que menciona que:

[...] desenvolvimento não deriva de um mero crescimento das atividades econômicas existentes, mas reside fundamentalmente em um processo qualitativo de transformação da estrutura produtiva no sentido de incorporar novos processos e agregar valor à produção por meio da intensificação do uso da informação e do conhecimento. (TIGRE, 2006).

No contexto da sustentabilidade, a inovação tecnológica assume um papel fundamental no desenvolvimento de produtos ambientalmente corretos, substituição de materiais não renováveis por materiais renováveis, utilização de materiais recicláveis no processo de fabricação dos produtos, mitigação ou eliminação de desperdícios, melhorias nos processos operacionais etc.

Como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o governo federal (BRASIL, 2005) concede uma série de incentivos fiscais de apoio às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica relacionados na Lei nº 11.196/05 conhecida como Lei do Bem.

Em suma, todos os esforços realizados em busca de novos produtos e processos, melhorias em processos já existentes, são estimulados e beneficiados pelo governo federal através de incentivos fiscais e o processo de desenvolvimento tecnológico é estritamente relacionado às variáveis sustentáveis, pois é através dele que os impactos ambientais são mitigados e até mesmo eliminados.

2.4.3 FACILIDADE NA AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS

Como mencionado anteriormente, as instituições financeiras no momento da concessão de créditos não levam em consideração somente a avaliação prévia dos riscos relacionados ao objetivo do empréstimo e financiamento, mas os possíveis impactos ambientais também são levados em consideração.

As instituições financeiras além de avaliar os elementos financeiros também passaram a avaliar os elementos não financeiros de caráter ambiental no momento da solicitação de subsídios e concessão de créditos (REIS *et al.*, 2009). Os bancos brasileiros tem solicitado o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), certificação ISO e o Balanço Social.

Sendo assim, as empresas que agregam a sustentabilidade em suas atividades possuem maior possibilidade de aquisição de empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras.

2.5 CONTRIBUIÇÕES À SOCIEDADE

Uma das três vertentes da sustentabilidade, a responsabilidade social, é aquela que trata da relação entre as empresas e a sociedade, incluindo comunidades, empregados, governos e até outras empresas. Entre as principais contribuições à sociedade, podem ser citados:

2.5.1 PROGRAMAS CULTURAIS

As empresas tem dividido a responsabilidade com o governo quanto ao atendimento das demandas sociais, políticas e ambientais. Nesse ínterim é comum as empresas desenvolverem os mais variados projetos nas comunidades onde estão inseridas.

Os programas culturais consistem em uma série de projetos elaborados pelas empresas cujo objetivo é promover o desenvolvimento cultural em localidades desprovidas de teatros, bibliotecas, cinemas etc.



Neste sentido é comum as empresas patrocinarem organizações especializadas no desenvolvimento desses projetos, bem como estimularem os colaboradores a participarem voluntariamente desses projetos através de doação de livros, participação em reformas de escolas e melhorias em suas dependências.

As empresas também têm desenvolvido e patrocinado atividades esportivas nas comunidades onde estão inseridas com ênfase no poder de transformação que essas atividades possuem nas comunidades.

2.5.2 POLÍTICAS AMBIENTAIS

Uma das principais contribuições a sociedade como um todo refere-se às ações de preservação do meio ambiente. A atuação do homem em busca de sua própria sobrevivência sempre afetou o meio ambiente, entretanto de forma mais equilibrada e de pouco dano ao ambiente.

A partir do século XVIII, segundo Albuquerque (2009), com a exploração capitalista houve uma crescente demanda da exploração dos recursos naturais ocasionadas pela ampliação e diversificação da produção incentivada pela busca constante de maiores lucros.

O crescente consumo de bens e serviços resulta em um maior consumo dos recursos não renováveis e, conseqüentemente, ocasiona a poluição dos recursos naturais, como o ar, a água, as plantas e a vida animal.

As pesquisas relacionadas ao aquecimento global e seus impactos para o futuro do ser humano têm elevado as preocupações de cientistas, pesquisadores, biólogos, políticos e da sociedade. Nesse sentido, o consumo consciente constitui uma forma de combater o excesso e a forma de produção.

As empresas, por sua vez, como maiores causadoras dos impactos ambientais passam a comprometer-se com as políticas ambientais cujo objetivo é determinar o modelo de relação entre as empresas e o meio ambiente. Barbieri (2007, p. 170) define política ambiental como uma "declaração da organização expondo suas intenções e princípios gerais em relação a seu desempenho ambiental global, que provê uma estrutura para ação e definição de seus objetivos e metas ambientais".



O desenvolvimento de uma política ambiental deve considerar:

- a) missão, visão, valores essenciais e crenças da organização;
- b) coordenação com outras políticas da organização (por exemplo, qualidade, saúde e segurança ocupacional);
- c) requisitos das partes interessadas e comunicação com as mesmas;
- d) princípios orientadores;
- e) condições locais ou regionais específicas;
- f) seus compromissos com a prevenção da poluição e com a melhoria contínua;
- g) seu compromisso com o atendimento aos requisitos legais e outros requisitos subscritos pela organização. (SISTEMAS, 2007).

Em suma, são adotados métodos de produção que utilizem materiais renováveis em detrimento aos não renováveis, fornecedores são selecionados desde que mantenham compromissos sustentáveis, programas de reflorestamento e proteção a biodiversidade são elaborados etc.

3 METODOLOGIA

Para a realização do artigo sobre os benefícios proporcionados a uma empresa sustentável e suas contribuições a sociedade foi utilizado como metodologia a pesquisa exploratório-descritiva, pois proporcionará maior familiarização com a pesquisa, além de descrever os principais benefícios e contribuições relacionados a sustentabilidade.

De acordo com o autor Silva (2003), a pesquisa exploratória descritiva é aquela realizada em área de pouco conhecimento acumulado (exploratória) e que tem como objetivo principal a descrição de determinada população ou fenômeno.

Com relação aos procedimentos aplicados será utilizado um estudo de caso da empresa EDP-Energias do Brasil S.A. O estudo de caso é a pesquisa que de acordo com Silva (2003) "analisa um ou poucos fatos com profundidade. A maior utilidade do estudo de caso é verificada nas pesquisas exploratórias e no início de pesquisas mais complexas".



4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados deste estudo demonstram que as empresas têm assumido novos compromissos em seus negócios, além de se ater aos resultados financeiros e interesses dos acionistas. As empresas tem agregado em suas atividades a sustentabilidade onde a produção e prestação de serviços não visam apenas os interesses financeiros, mas almejam atender o desenvolvimento social e gestão ambiental de forma que possa eliminar ou reduzir os impactos ambientais.

A EDP-Energias do Brasil S.A. é uma *holding* que detém investimentos no setor de energia elétrica, consolidando ativos de geração, distribuição e comercialização reconhecida, entre outros, pelo desenvolvimento de atividades sociais na sociedade onde está inserida, pois acredita que a sustentabilidade representa uma nova abordagem de se fazer negócios, já que cria valor para o acionista e contribui para o desenvolvimento sustentável de toda a sociedade.

A empresa desenvolve e apóia projetos culturais, tal como o projeto Letras de Luz da Fundação Victor Civita que promove a arte levando peças de teatro e oficinas educativas, apresentações musicais, contadores de histórias e sessões de cinema em lugares que não tem espaço adequado para essas manifestações culturais.

De acordo com a Fundação Victor Civita, Letras de Luz é um projeto de fomento à leitura realizado com patrocínio da EDP, com apoio institucional da lei Rouanet de Incentivo à Cultura e apoio do Instituto EDP entre os anos de 2007 e 2010.

No quesito eficiência energética, grande parte dos programas são direcionados às comunidades de baixa renda. Um dos focos é a segurança das instalações, promovida por meio da correta orientação sobre o uso da energia e o fornecimento de um *kit* com tomadas, interruptores e lâmpadas eficientes. São também executados programas regulares de diagnósticos e projetos de eficiência energética em instalações de clientes industriais, comerciais, residenciais e serviços públicos.

Entre os projetos sociais relacionados à atividade-fim (energia) são promovidos diversos esforços para promover o acesso à energia. A maioria dos esforços integra o



Programa Luz para Todos, promovido pelo Ministério de Minas e Energias e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para garantir a universalização nas comunidades rurais.

De acordo com Marcelo Piccolo, Analista de Planejamento da Sustentabilidade do grupo EDP-Energias do Brasil S.A., a sustentabilidade passou ser considerada como fator preponderante, tomando grande destaque com o anúncio do aquecimento solar e suas consequências ao mundo, nos últimos quatro anos quando houve a disseminação da importância da implementação da sustentabilidade na cultura e no ambiente de negócios. Ele aponta que essa disseminação por parte de cientistas e grupos ambientais fizeram com que as empresas, de uma forma geral, colocassem em prática os projetos sustentáveis e desenvolvessem políticas ambientais.

Piccolo entende que o desenvolvimento sustentável é o resultado da pressão do mercado, pressão legal com leis ambientais mais rigorosas e da sociedade que demanda novos comportamentos das empresas e dos mercados, além da própria conscientização que a própria empresa tem a respeito de seu papel na sociedade.

As empresas de uma forma geral têm assumido compromissos que vão além de produzir ou fornecer serviços, mas tem levado em consideração também o compromisso com o bem-estar dos colaboradores e da sociedade:

Conheço empresas que começaram pelos colaboradores, como uma iniciativa de aproximação das famílias dos colaboradores com a empresa. Os colaboradores sentiram-se valorizados com a visita da empresa. A partir desse diagnóstico, a empresa criou um ambulatório para seus colaboradores, mudou o plano de saúde, passou a dar orientações profissionais aos filhos de funcionários e criou um empréstimo consignado para ajudar na construção das casas e em outras dificuldades financeiras. (MARCELO PICCOLO).

Ainda segundo Piccolo, a sustentabilidade traz inúmeros benefícios que auxiliam no ambiente competitivo, pois a sociedade está mais consciente quanto à escolha de um produto ou aquisição de um serviço. Tal afirmação é corroborada por uma pesquisa realizada pelo Instituto Akatu (2010) com uma amostra de 100 consumidores que demonstra, graficamente, que apenas 25% dos consumidores são indiferentes quanto ao consumo consciente.

Num cenário onde os critérios de avaliação de sucesso passam a incorporar as dimensões social, ambiental e econômica, a sustentabilidade se consolida como um



diferencial na imagem empresarial, além de facilitar a aquisição de créditos junto às instituições financeiras, visto que as mesmas, em suas práticas sustentáveis, não levam em consideração somente a avaliação prévia dos riscos relacionados ao objetivo do empréstimo e financiamento, mas os possíveis impactos ambientais. Desta forma, segundo Piccolo, as instituições financeiras além de reduzir os riscos relacionados à atividade que almeja o financiamento, ainda encaminha a economia no sentido mais sustentável.

Além de beneficiar as empresas, as práticas sustentáveis, através da vertente da responsabilidade social, contribui positivamente com a sociedade através do desenvolvimento e apoio de projetos de cunho social com o objetivo de levar, por exemplo, programas culturais e esportivos, às comunidades mais carentes. Também pode ser citado como contribuição as políticas ambientais que determinam a relação entre as empresas e o meio ambiente.

Piccolo conclui que as empresas de certa forma tem dividido a responsabilidade com o governo quanto às demandas sociais, políticas e ambientais, afinal todas as partes são interessadas num mundo melhor, porque obviamente todos ganham com isso. Se o governo fizer a sua parte e se aliar à iniciativa privada, o resultado será uma combinação muito positiva de visões diferentes e complementares que só beneficia a sociedade. Juntos, somos sempre mais fortes.

5 CONCLUSÃO

As empresas buscam consolidar sua imagem e seus produtos no mercado, vencendo concorrentes e ultrapassando fronteiras. Entretanto, não bastam somente os melhores preços e a melhor qualidade, e sim outros fatores que são capazes de mudar o perfil da empresa e consolidar sua imagem no mercado.

Nesse quesito a sustentabilidade vem ganhando cada vez mais destaque nas empresas já que elas são as maiores responsáveis pelos impactos ambientais. Ante esse novo cenário, as empresas devem integrar a sustentabilidade de forma permanente em suas estratégias, processos e atividades organizacionais.



Os consumidores finais não estão somente preocupados com a disponibilidade e qualidade do serviço, mas como o serviço é realizado, quais são os procedimentos adotados, quais possíveis impactos ambientais e o que tem sido feito para reduzi-los ou eliminá-los.

Os esforços para gerir os negócios de forma sustentável em atendimento as pressões do mercado, da sociedade e agentes reguladores proporcionam benefícios à perenidade dos negócios, além de contribuir diretamente com a sociedade.

Os principais benefícios que uma empresa sustentável possui em seus negócios está atrelado ao fato de sua marca ser mais reconhecida, possuir uma boa reputação perante a sociedade, facilidade na obtenção de créditos junto as instituições financeiras que tem condicionado seus empréstimos as empresas que demonstram estar comprometidas com a sociedade, além de gozar de incentivos fiscais.

Como contribuição a sociedade são desenvolvidos projetos de cunho social com o objetivo de aproximar a comunidade, principalmente as carentes, de projetos culturais, tais como teatros, bibliotecas, cinemas. Atividades esportivas também são desenvolvidas por serem consideradas importantes às comunidades.

Ainda pode ser citado as políticas ambientais que demonstram a preocupação das empresas com o meio ambiente. As políticas ambientais são adotadas com o objetivo de delinear a relação entre as empresas e o meio ambiente de forma que os negócios sejam geridos sempre considerando as questões ambientais.

Em suma, é evidente que as empresas ainda têm como objetivos principais maximizar o desempenho e apresentar bons resultados, porém as estratégias para o alcance desses objetivos devem levar em consideração a sustentabilidade e que essa integração proporciona benefícios para as empresas e contribui positivamente com a sociedade.

Esta pesquisa limitou-se a elaborar o estudo de caso sobre uma empresa multinacional com atividades relacionadas a geração, comercialização e distribuição de energia, bem como utilizou uma entrevista realizada com um dos colaboradores chave desta empresa, no entanto para um estudo mais aprofundado é necessário o estudo de caso com mais empresas para uma melhor obtenção de dados e comparabilidade, bem como evidenciar junto a sociedade de uma forma geral a importância da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ADAMI, Humberto. **A Responsabilidade Ambiental dos Bancos**. Disponível em: <<http://www.ibap.org/direitoambiental/artigos/ha.htm>>. Acesso em 18 set. 2011.

AKATU. **Responsabilidade Social das Empresas: Percepção do Consumidor Brasileiro**. [2010]. Disponível em: <http://akatu.org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/10_12_13_RSEpesquisa2010_pdf.pdf>. Acesso em 09 out. 2011.

ALBUQUERQUE, José de Lima (Org.). **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **Sistemas de Gestão Ambiental** – Diretrizes Gerais sobre Princípios, Sistemas e Técnicas de Apoio. mai. 2007. Disponível em: <<http://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=38563>>. Acesso em 23 out. 2011.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. Decreto n. 11.196, de 21 de novembro de 2005. **Dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111196.htm>. Acesso em: 18 set. 2011.

BOVESPA. **Índice de Sustentabilidade Empresarial**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ISE&idioma=pt-br>>. Acesso em 24 jun. 2011.



COMPÊNDIO PARA SUSTENTABILIDADE. **IFC – Princípios do Equador**. Disponível em: <<http://www.institutoatkwvh.org.br/compendio/?q=node/41>>. Acesso em 16 set. 2011.

FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA. **Incentivo à Leitura**. Disponível em: <<http://www.fvc.org.br/letras-de-luz.shtml>>. Acesso em 19 set. 2011.

INSTITUTO ETHOS. **O que é responsabilidade social**. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o_que_e_rse/o_que_e_rse.aspx>. Acesso em 25 de jun. 2011.

MARTINELLI, Antônio Carlos. **Empresa Cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MEGLIORINI, Evandir (Org.). **Contabilidade Gerencial**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, José Antônio **Puppim de. Empresas na Sociedade: Sustentabilidade e Responsabilidade Social**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

PINHEIRO, Renata Rollin. **A Sustentabilidade como um Atributo de Marca**. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/renatarollin/a-sustentabilidade-como-um-atributo-de-marca>>. Acesso em: 18 set. 2011.



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE. **Relatório de Sustentabilidade 2009**. Disponível em: <http://energiasdobrasil.infoinvest.com.br/static/ptb/relatorios-anuais-de-sustentabilidade.asp?language=ptb>>. Acesso em: 20 set. 2011.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE. **Relatório de Sustentabilidade 2010**. Disponível em: <http://energiasdobrasil.infoinvest.com.br/static/ptb/relatorios-anuais-de-sustentabilidade.asp?language=ptb>>. Acesso em: 20 set. 2011.

REIS, S. G. *et al.* **Crédito Ambiental**: Análise para Concessão de Créditos sob a Ótica da Responsabilidade Socioambiental. abr. 2009. Disponível em: <http://www.base.unisinos.br/pdf/57.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2011.

SILVA, A. C. R. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

TIGRE, Paulo Bastos. **Gestão da Inovação**: A Economia da Tecnologia do Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

